

O IMPACTO DO PROJETO DE EXTENSÃO “FORTALECENDO OS DIREITOS E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA” E DO CUIDADO INTEGRAL NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO DA PESSOA IDOSA

THE IMPACT OF THE EXTENSION PROJECT “STRENGTHENING THE RIGHTS AND INCLUSION OF PERSONS WITH DISABILITIES” AND FULL-TIME CARE IN THE CONTEXT OF DISABILITY IN THE DAILY LIFE OF OLDER ADULTS

Nicole Ming Kee Tin ¹

Heloisa Pilotto Fernandes Salviano ²

Anaísa Leal Barbosa Abrahão ³

Adriana Giaqueto Jacinto ⁴

Viviane Cristina S. Vaz ⁵

RESUMO

A parentalidade é fundamental para o desenvolvimento humano e pode ser influenciada por interações e contextos mais amplos. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos do Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, a partir da perspectiva de idosas(os) participantes, explorando as suas vivências no cuidado de pessoas com deficiência (PcD). Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e descritiva, na qual participaram seis cuidadores de PcD, sendo cinco mulheres e um homem (idades entre 63 e 77 anos), usuários da APAE/Franca. Foram feitas entrevistas semiestruturadas após a conclusão das atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão, no ano de 2023. A partir disso, foram realizadas análises de frequência, temática e de nuvem de palavras, com o auxílio do software Iramuteq. Os resultados indicam benefícios do projeto nas dimensões de aumento de conhecimento legislativo, de direitos sociais e socialização. A parentalidade no contexto de PcD por pessoas idosas foi marcada por inúmeras dificuldades, especialmente na dependência de cuidados, em razão da ausência de autonomia.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Pessoa idosa. Parentalidade. Cuidado.

ABSTRACT

Parenting plays a fundamental role in human development and can be influenced by broader interactions and contexts. This study aimed to analyze the effects of the Extension Project “Strengthening the Rights and Inclusion of People with Disabilities”

¹ Estudante de Serviço Social, da UNESP – FCHS. E-mail: nicole.tin@unesp.br.

² Estudante de Direito, da UNESP - FCHS. E-mail: heloisa.salviano@unesp.br.

³ Profa. Dra. do DECSPP, da UNESP - FCHS. E-mail: anaísa.leal@unesp.br

⁴ Profa. Dra. do DSS, da UNESP - FCHS. E-mail: adriana.giaqueto@unesp.br

⁵ Profa. Dra. de Serviço Social e Coordenadora de assistência social, da APAE/Franca. E-mail: vivianeunifac@gmail.com

from the perspective of elderly participants, exploring their experiences in caring for a disabled person. This is a qualitative and descriptive field study involving six caregivers of people with disabilities (five women and one man, aged between 63 and 77), all served by APAE/Franca. Semi-structured interviews were conducted after the completion of the project's activities in 2023. Frequency, thematic, and word cloud analyses were performed using the Iramuteq software. The results indicate that the project contributed positively to increasing participants' knowledge of legislation, social rights, and opportunities for socialization. Parenting in the context of disability among older adults was marked by numerous challenges, particularly due to the dependence on care stemming from the lack of autonomy of the person cared for.

Keywords: Persons with disabilities. Elderly people. Parenting. Care.

INTRODUÇÃO

O cuidado, como trabalho essencial para a manutenção da vida e do bem-estar, permanece, frequentemente, invisibilizado na estrutura social, especialmente quando realizado por grupos marginalizados, que enfrentam desafios como sobrecarga física e emocional, bem como baixa remuneração (quando remunerado). Este artigo surge no contexto do Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, fruto de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) UNESP Franca, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Franca e a Unidade Auxiliar Centro Jurídico e Social (UACJS), com o financiamento da Federação das APAES do Estado de São Paulo (FEAPAES/SP) e tem como objetivo contribuir com o empoderamento de famílias de pessoas com deficiência, pela educação popular freireana. Especificamente para este estudo, serão analisados os dados de cuidadoras(es) com 60 anos ou mais, participantes do projeto no ano de 2023, buscando reconhecer o cuidado como trabalho, considerando as suas condições e refletindo sobre os impactos das ações extensionistas no seu cotidiano.

A invisibilidade do trabalho de cuidado é um fenômeno estrutural, enraizado em normas patriarcais, que naturalizam a responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e assistenciais. Essa dinâmica reforça desigualdades de gênero, classe e raça, sobrecarregando, principalmente, mulheres, pessoas em situação de pobreza e a população preta (Brasil, 2023). No caso das cuidadoras idosas, enfoque do trabalho, somam-se questões como exaustão física, isolamento social e falta de políticas públicas direcionadas, fatores que agravam a sua desproteção social. O projeto de extensão em análise atua como um espaço de acolhimento e formação, promovendo discussões sobre direitos e estratégias coletivas para enfrentar essas adversidades.

Ao articular teoria e prática, este trabalho contribui para o debate sobre justiça social e envelhecimento, destacando a urgência de políticas que reconheçam o cuidado como um direito e um trabalho digno. A experiência da extensão universitária, nesse sentido, revela-se como um caminho potente para transformar realidades individuais e coletivas.

O projeto de extensão

O projeto “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência” é uma extensão universitária desenvolvida em parceria entre a FCHS/UNESP – Campus Franca, a FEAPAES/SP, a APAE/Franca e a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. O seu principal objetivo é empoderar as famílias de pessoas com deficiência atendidas pela assistência social da Apae de Franca, capacitando-as para a defesa e a garantia dos direitos sociais desses indivíduos.

Baseado na metodologia da educação popular de Paulo Freire, o projeto visa promover uma leitura crítica da realidade, incentivando a conscientização política e a transformação social pelo diálogo e pela participação ativa dos atendidos/usuários. A abordagem freireana é central no processo, por valorizar o conhecimento prévio das famílias e as estimularem a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e no meio social.

[...] é tão importante partir da realidade do educando quanto caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem desse momento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítico dessa realidade, garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado, como um instrumento a mais para melhor lutar contra a opressão (Freire, 1998, p. 13).

O trabalho é dividido em etapas, nas quais as/os extensionistas (estudantes de Serviço Social e de Direito da FCHS) passam por uma capacitação, que inclui estudos sobre direitos das pessoas com deficiência, políticas de inclusão e a metodologia freireana. Em seguida, são realizados encontros mensais com as famílias, nos formatos de oficinas e rodas de conversa, espaços abertos para a discussão acerca dos desafios cotidianos e estratégias para superá-los. Os temas abordados surgem das próprias demandas das famílias, garantindo um trabalho relevante e contextualizado.

Entre os resultados esperados, destacam-se o fortalecimento da autonomia das famílias, sua maior participação em espaços de controle social e a produção de conhecimento acadêmico sobre inclusão e direitos humanos. O projeto representa, assim, uma ponte entre a universidade e a comunidade, unindo teoria e prática para promover justiça social e cidadania. O projeto está em andamento desde 2023, e até o momento (09/06/2025), foram realizados um total de 14 encontros, com a participação de distintas famílias e as equipes da UACJS e APAE Franca, sob a coordenação de duas docentes da FCHS.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

A APAE é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada a partir da iniciativa civil de cidadãos ou grupos sociais, a fim de desenvolver atividades do interesse público, como assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos (APAE, 2025).

Fundada no Brasil em 1954, com o objetivo principal de promover a inclusão social, a defesa de direitos e o atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla, a sua atuação abrange três políticas: educação, saúde e assistência social, sempre visando à melhoria da qualidade de vida desse público e das suas respectivas famílias (FEAPAES, 2012).

A sua missão inclui a promoção e a defesa de direitos das pessoas com deficiência, combatendo a exclusão e garantindo acesso a políticas públicas. Além disso, a organização oferece atendimento especializado, prestando serviços gratuitos em saúde, como fisioterapia, fonoaudiologia e diagnósticos; educação, com escolas especializadas e inclusivas, bem como serviço socioassistencial, com apoio às famílias e inclusão no mercado de trabalho (APAE, 2025).

A APAE opera de forma organizada em quatro níveis. No âmbito municipal, cada unidade local oferece serviços diretos à comunidade, conforme direcionamento da diretoria. Os conselhos regionais articulam as APAEs de uma região para compartilhar informações, formação técnica, recursos e estratégias. Por sua vez, as federações estaduais (FEAPAES) coordenam ações em nível estadual e representam as APAEs politicamente. Por fim, a Federação

Nacional (FENAPAES) define diretrizes nacionais, promove campanhas e garante a unidade do movimento.

Para se manter, a APAE conta com parcerias com o poder público (municipal, estadual e federal), doações e contribuições de associados e parceiros privados, bem como promoções, além de certificações que garantem isenções fiscais e recursos, como o CEBAS.

Fundada em 1970, a APAE Franca iniciou as suas atividades em 1973, atendendo 25 crianças com deficiência na área da educação e saúde. Em 1977, inaugurou a sua sede própria, ampliando o atendimento para 82 alunos. Em 2025, a unidade conta com serviços socioassistenciais, atendimentos nas modalidades do Centro Dia, Serviço a Domicílio e Unidade Referenciada. Na Escola de Educação Especial, oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, Núcleo Especializado de Atendimento ao Autismo e Educação Especial para o Trabalho, conforme previsão da LDB (Brasil, 1996). Por fim, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), compõe a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, ofertando serviço regional de saúde pelo Centro Especializado em Reabilitação (CER - II) e, de âmbito municipal, o Serviço de Atendimento Ambulatorial Especializado em Saúde (SAAES).

Portanto, pode-se afirmar que a APAE é um pilar na luta por uma sociedade inclusiva, combinando ação local com articulação nacional, o que contribui na transformação da vida das pessoas com deficiência e suas famílias.

O cuidado como trabalho

A cartilha da Política Nacional de Cuidados, Lei nº 15.069/24, define o cuidado como um conjunto de atividades essenciais para a vida e bem-estar, incluindo tarefas como alimentação, limpeza do ambiente, higiene pessoal, segurança alimentar e apoio a pessoas com algum grau de dependência. Essas atividades são reconhecidas como direito humano fundamental para a dignidade.

Porém, o documento aponta que a responsabilidade do cuidado recai desproporcionalmente sobre mulheres, em especial, pretas e de baixa renda. Essa desigualdade de gênero, raça e classe, limita a participação social dessas mulheres na sociedade, perpetua ciclos de pobreza e reforça a segregação de grupos marginalizados. A falta de políticas públicas nessa área acentua o problema e sobrecarrega as mulheres, reforçando a precariedade (Brasil, 2024).

Durante a pandemia de COVID-19, essa realidade ficou ainda mais evidente, com muitas mulheres sendo forçadas a abandonar os seus trabalhos para assumir responsabilidades adicionais de cuidado, impactando a sua autonomia econômica, independência, estabilidade familiar e a própria dor de abdicar de uma conquista em detrimento de um sistema patriarcal e machista. Diante desse cenário, a Lei nº 15.069/24 surge como uma resposta estratégica para reorganizar a provisão de cuidados no país. Os seus objetivos incluem compartilhar a responsabilidade entre Estado, família e comunidades, além de redistribuir o trabalho de cuidado entre homens e mulheres, assegurando direitos tanto para quem precisa de cuidados quanto para quem os presta (Brasil, 2023).

Não obstante, o trabalho do cuidado é comumente invisibilizado por um conjunto de fatores históricos, culturais, econômicos e sociais. As raízes patriarcais da sociedade trazem consigo a desvalorização do trabalho doméstico, apontando tarefas diárias, como o simples ato de lavar uma louça, como uma “obrigação feminina”, assim como quaisquer outras atividades que possam envolver tanto o lar quanto a família (Brasil, 2023).

A cultura imposta leva a compreender o cuidado como ato instintivo feminino, ligado à maternidade, colocando esse dever sobre mulheres, além de culpabilizá-las quando optam por não assumirem esse papel. O sexismo nos ensina a acreditar que o ato de cuidar é uma

habilidade inata das mulheres. Essa crença é usada para justificar o fato de que o trabalho de cuidar – emocional, físico e espiritual – seja imposto às mulheres, além de questionar que o cuidado não é um atributo natural, ele requer consciência e intenção (Hooks, 2000).

A importância dessa política é multidimensional, pois ela não apenas reduz desigualdades, mas também reconhece o cuidado como um direito social, combatendo a “pobreza de tempo” e a precarização do trabalho das cuidadoras, muitas vezes invisibilizadas (Brasil, 2024).

Unindo áreas como educação, saúde e assistência social, a política segue na construção de um sistema de cuidados justo e sustentável, alinhado com experiências internacionais e com urgentes demandas da sociedade brasileira. A política prevê ações integradas em cinco eixos: políticas de tempo (licenças-parentais), benefícios, serviços públicos, regulação trabalhista e campanhas de transformação cultural, para combater estereótipos de gênero (Brasil, 2024).

No contexto da Política Nacional de Cuidados, a parentalidade é um tema importante, pois se refere a um processo fundamental que age no microssistema (ambiente imediato da PcD, como a família). A qualidade das interações entre mães/pais/cuidadoras/es e filhas/os é crucial para o desenvolvimento, influenciado por interações diretas e cenários amplos (Bronfenbrenner, 1996).

Realizada uma pesquisa na Scielo e nos Periódicos Capes, com os descritores “pessoa com deficiência; pessoa idosa; parentalidade; cuidado”, identifica-se que há escassez de estudos, demonstrando a importância do tema.

A parentalidade é descrita como um “conjunto de comportamentos com finalidade educativa” por parte das figuras parentais. Esse é um fenômeno relacional, educacional e psicossocial, influenciado por aspectos individuais, familiares e culturais, o que impacta diretamente no desenvolvimento cognitivo, emocional e moral da criança (Dias, 2025). Não obstante, Gomes (2025), ao abordar de maneira evolucionista o conceito de parentalidade, compreende a parentalidade como recursos (tempo, energia, cuidado e afeto) que mães/pais alocam na criação dos seus filhos. O cuidador é a pessoa que assume a responsabilidade pelo cuidado de um familiar doente ou dependente, muitas vezes sem preparo prévio para essa função. Esse papel pode ser exercido por alguém com laços consanguíneos ou emocionais, como cônjuges, filhos ou até amigos próximos (Bicalho, 2008).

Diante do exposto acima, este estudo teve como objetivo analisar o Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, a partir da perspectiva de idosas(os) participantes, explorando também as suas vivências no cuidado de pessoas com deficiência.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de recorte transversal, do tipo descritiva, sendo este um recorte de um projeto maior.

Participantes

A amostra foi composta por 6 participantes, sendo 5 mulheres e 1 homem, de idades entre 63 e 77 anos. O critério de inclusão dos participantes foi ser usuário da APAE do município, exercer cuidados a PcD, ter participado do projeto em 2023 e aceitar participar da pesquisa.

Instrumentos

Os responsáveis legais foram os avaliadores.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada (elaborada pelas autoras), contendo cinco questões que abordaram: (1) dados sociodemográficos; (2) recursos disponíveis para o cuidado de pessoas com deficiência; (3) dificuldades enfrentadas nesse cuidado e (4) nível de satisfação com o projeto em 2023.

Procedimentos

Após autorização e aprovação da direção da APAE do município e do Comitê de Ética da FCHS/UNESP, as/os responsáveis legais foram contatadas/os. Foi marcado um encontro com a amostra que aceitou participar. A entrevista foi realizada individualmente, em sala disponibilizada pela APAE, com duração de até 90min. As/os participantes preencheram o TCLE e a pesquisadora registrou as respostas em formulário após a conclusão do projeto, durante o mês 12/2023.

Procedimento de análise de dados

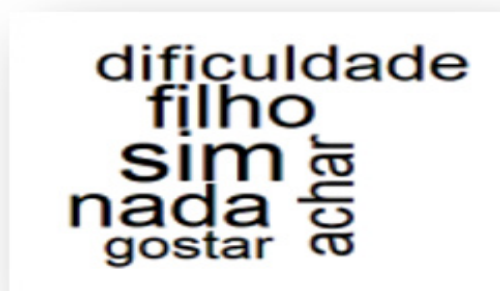
Os dados sociodemográficos foram analisados pela frequência pelo Excel e os resultados obtidos na entrevista, considerando a avaliação do Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, que foram submetidos ao software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), que desenvolve análises lexicais de textos, baseados em correlações estatísticas (Salviati, 2017). Para tanto, as respostas foram transpostas considerando as diretrizes do Iramuteq para corpus textuais e analisadas via nuvem de palavras. A nuvem de palavras é uma ferramenta visual, que ajuda a identificar termos mais relevantes em um texto, destacando palavras mais frequentes (no caso do IRAMUTEQ, destaca-se pelo tamanho e negrito das palavras). Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, permitindo a extração dos principais pontos de documentos, como artigos, entrevistas ou respostas de pesquisas (Salviati, 2017). Em relação às dificuldades na parentalidade de pessoas idosas no cuidado de PcD, foram identificadas as respostas pertinentes, com interpretação dos trechos a partir da análise temática (Braun;Clarke, 2006)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação e satisfação: Projeto de Extensão

Os resultados serão apresentados considerando a disposição das palavras em destaque construídas pelo Iramuteq, e interpretadas a partir de trechos das respostas dos participantes na avaliação do projeto.

Figura 1 - Análise de nuvem de palavras



Fonte: Elaboração própria, 2025

Conforme a Figura 1, observa-se a palavra “sim” como destaque principal da nuvem de palavras, reforçando que todas/os as/os 6 participantes analisadas/os são cuidadoras/es principais da pessoa com deficiência, sendo a/o única/o cuidadora/or do PcD. Exemplo: “Sim, sou” (Participante 3).

A partir disso, ao analisar a palavra “filho” em destaque, evidencia-se que a pessoa que necessita de cuidado possui parentesco direto com seus cuidadores, geralmente filho(a) do cuidador, bem como a satisfação e impactos do projeto, como presente no trecho: “Consegui a cadeira de rodas da minha filha” (Participante 3).

No tocante à avaliação de satisfação do Projeto de Extensão, a palavra “nada” demonstra que as/os participantes não possuem opiniões negativas quanto aos encontros realizados pelo projeto de extensão. Em concordância a isso, o termo “achar” se refere positivamente aos encontros, assim como a palavra analisada anteriormente. Exemplo: “Não achou nada negativo” (Participante 16, indicando os benefícios do projeto).

A palavra “dificuldade” foi usada para expressar a ausência de adversidades quanto ao projeto, quando perguntado aos participantes quanto a possíveis dificuldades nos encontros realizados, sendo pontuado como único impasse de um único participante a timidez ao falar em frente ao público: “Senti dificuldades de falar, sou tímida” (Participante 16). Esses achados revelam que atividades que envolvam o desenvolvimento de habilidades sociais de comunicação poderão ser positivas para essa população.

Por fim, a palavra “gostar” foi usada para expressar o contentamento com o projeto, como explicitou a participante 16 na fala: “Achei importante conhecer mais sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), gostei de trocar ideias”. Nesse sentido, observa-se a validação da participante no tocante aos objetivos do Projeto, que inclui o compartilhamento de informações sobre direitos e formas de acesso.

Parentalidade de pessoas idosas no cuidado a PcD

Como apresentado na Lei nº 15.069/24, o cuidado de pessoas com deficiência recai, na sua maioria, sobre os seus familiares, geralmente exercido por mães, levando a uma discussão mais profunda sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência dependente e da parentalidade exercida por pessoas idosas, foco desta categoria temática. Os dados apresentados neste artigo são fragmentos de um trabalho maior que vem sendo desenvolvido. Um exemplo da narrativa envolvendo dificuldades no cuidado está no trecho a seguir: “Passei a evitar muitos ambientes que costumava a ir quando meu filho nasceu” (participante 3).

Historicamente, a mulher é a cuidadora mais comum, devido às expectativas culturais, mas o cuidador familiar pode ser qualquer indivíduo que se dedica a atender as necessidades físicas, emocionais e sociais do cuidado, muitas vezes abdicando de fatores da própria vida, como lazer e bem-estar. Durante a pesquisa, foi identificado na fala da participante 6 o seguinte relato: “Ver outras pessoas na mesma situação”, ao ser questionada sobre o que considerou positivo nos encontros realizados em 2023. Essa afirmação evidencia que muitas mulheres vivenciam experiências semelhantes, o que reforça a importância de espaços que promovam o reconhecimento mútuo, a escuta ativa e o sentimento de pertencimento, contribuindo para a socialização desse grupo.

A/O cuidadora/or enfrenta desafios como estresse, cansaço, isolamento social e conflitos internos, especialmente quando assume a responsabilidade sozinho. A rotina exaustiva de cuidados pode levar ao abandono de atividades pessoais, lazer e até mesmo do autocuidado, resultando em um desgaste que afeta a sua qualidade de vida. Além disso, a falta de orientação adequada e suporte profissional pode aumentar a sensação de despreparo e insegurança (Bicalho, 2008).

Os resultados apontam que entre os 6 participantes cuidadores focados neste estudo, foram encontradas 5 mulheres (83,3%), das quais 100% são mães dos dependentes. Esse dado reafirma a predominância de mulheres cuidadoras, revelando a persistência de desigualdades de gênero no trabalho de cuidado, conforme apontado pela Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/24). Ademais, 100% dos participantes vivem apenas de benefícios governamentais, com renda familiar média de 2 salários-mínimos (vigente na data de 25/07/2025, no valor de R\$ 1518,00). Não obstante, apenas 2 entrevistados (33,3%) recebem aposentadoria e 2 cuidados PcD (33,3%) recebem o benefício de prestação continuada, resultando, assim, em algumas famílias que acabam se subsidiando de rendas informais. O art. 7º apresenta como incisos fundamentais: “X - O reconhecimento e a valorização do trabalho de quem cuida e do cuidado como direito, com a promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres” (Brasil, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou os impactos do projeto de extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência” na vida de cuidadoras(es) idosas(os), destacando o seu papel no acesso a direitos e na socialização. Embora a iniciativa tenha proporcionado acolhimento e troca de experiências, os resultados revelaram desafios estruturais – como sobrecarga física, emocional e dependência de benefícios governamentais –, que demandam políticas públicas integradas, já que ações extensionistas isoladas não são suficientes para superar essas barreiras.

A pesquisa também evidenciou a feminização do cuidado, com cuidadoras idosas enfrentando dupla vulnerabilidade: socioeconômica (renda média de 2 salários-mínimos) e de

gênero, reforçando a necessidade de políticas que assegurem suporte financeiro e redistribuam as responsabilidades do cuidado.

A parentalidade exercida por pessoas idosas se revelou marcada por desafios complexos, como sobrecarga física e emocional, dependência financeira de benefícios governamentais e isolamento social, agravados pela ausência de autonomia da PcD. Embora projetos como esse reduzam o isolamento e promovam empoderamento, é urgente avançar em transformações estruturais no sistema de proteção social, reconhecendo o cuidado como direito humano e trabalho essencial para uma sociedade inclusiva, especialmente diante do envelhecimento populacional. Estudos futuros poderão investigar estratégias de corresponsabilização familiar e estatal no cuidado, além de análises quantitativas em maior escala que avaliem o impacto econômico e social de políticas públicas direcionadas a esse grupo. Em suma, destaca-se o cuidado como um trabalho e direito humano, cuja valorização é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, especialmente em um contexto de envelhecimento populacional e aumento da demanda por cuidados de longa duração.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao apoio financeiro concedido pela FEAPAES-SP, para a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

APAE. A história das Apaes. Vila Velha. Disponível em: www.apaes.org.br/vila-velha/home. Acesso em: 03 jul. 2025.

BICALHO, C. S.; LACERDA, M. R.; CATAFESTA, F. Refletindo sobre quem é o cuidador familiar. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 118-123, jan./mar. 2008.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, Philadelphia, v. 3, n. 2, p. 77-101, jul. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados e estabelece diretrizes para a organização e o compartilhamento das responsabilidades de cuidado no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cartilha para elaboração da Política Nacional de Cuidados. 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Cartilha/Marco_Conceitual.pdfAcesso em: 03 jul. 2025

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DIAS-VIANA, J. L.; NORONHA, A. P. P. Avaliação da Parentalidade: Características das Pesquisas e dos Testes Disponíveis no Brasil. *Psico-USF*, Campinas, v. 30, p. e275045, mai 2025.

FENAPAES (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES). Manual de Fundação das Apaes. Brasília: FENAPAES, 2012. Disponível em: www.apaebrasil.org.br. Acesso em: 03 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. *A concepção dialética da educação*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, C. M. S. et al. Imprevisibilidade e investimento parental em crianças com deficiências: um enfoque evolucionista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Corumbá, v. 31, p. e0181, mai. 2025.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

SALVIATI, M. E. Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Planaltina, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 25 jul. 2025.